



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

CAMINHOS DO PARAGUAÇU: UMA NOVA ROTA PARA O SABER-FAZER DAS SENHORAS DE COQUEIRO

Lúcia Maria Aquino de Queiroz (UFRB) - luciamaqueiroz@yahoo.com.br
Doutora em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional - Professora Adjunta da UFRB

Sida da Silva (UFRB) - sidapinto@gmail.com
Graduanda em Serviço Social - UFRB

Ilzamar Silva Pereira (UFRB) - ilzamar.pereira@hotmail.com
Professora Assistente da UFRB

Marina da Cruz Silva (UFRB) - marina.silva@hotmail.com
Professora Assistente da UFRB

Patricia Verônica Pereira dos Santos (UFRB) - patriciaufrb@gmail.com
Professora Assistente da UFRB

I. Lugar, Identidade e Rotas Turísticas

A nova lógica da economia global tem propiciado, como amplamente constatado, impactos indiscutíveis sobre a atividade turística mundial. A constituição de blocos econômicos, a abertura de mercados tem possibilitado uma maior circulação de pessoas, capitais e mercadorias. Entretanto, à medida que novas áreas vão sendo descortinadas pelos movimentos econômicos, dentre os quais os turísticos, passam a necessitar de uma maior preservação das suas identidades, se objetivam, de fato, manter ou alcançar um maior poder de competitividade, sobretudo no que se refere ao turismo. Convém ressaltar que este movimento não é comum a todas as áreas do planeta. Em países mais desenvolvidos esta preocupação tende, realmente, a ser mais acentuada. Em contraposição, os países em desenvolvimento, ávidos pela atração de capitais, muitas vezes minimizam esta questão.

A busca pela preservação das identidades tem propiciado o resgate das mais distintas manifestações culturais o que não assegura, entretanto, que as suas características originais estejam sendo mantidas no processo de reaproveitamento pelo turismo. A atividade turística, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, vem contribuindo para que costumes, práticas religiosas, gastronômicas, manifestações artísticas, formas de expressão, etc., estejam sendo resgatados, ainda que sofram modificações na sua autenticidade. Esse movimento em prol da preservação de raízes, já presente hoje, inclusive, em países emergentes e em processo de desenvolvimento, tem possibilitado a que o lugar, concebido como o “*locus*” para a realização das experiências turísticas, sejam estas culturais, históricas, etc., esteja sendo resgatado, enquanto um forte componente de diferenciação das áreas turísticas na nova dinâmica da economia global do turismo (QUEIROZ, SOUZA, 2009, p).

O lugar, na geografia moderna, tende a ser concebido de maneira controversa, por distintas correntes, enquanto “expressão de vivência” ou como “expressão geográfica da singularidade”. Os geógrafos humanistas, defensores do “lugar” como expressão de vivência, enfatizam o significado, os valores, o vivido, utilizando este conceito como contraponto ao de espaço, que perde ênfase frente a esses teóricos. Para esta corrente,

O lugar aparece como elemento essencial da estrutura do espaço. Abrange um espaço reduzido, mas bem definido e não sem alguma extensão; a casa, o campo, a rua, a praça [...] Associa grupos de pequena dimensão, mas de forte coerência: a mesma família, a mesma profissão, a mesma frequência quotidiana (FRÉMONT, 1980, p. 116, *apud* FONSECA, 2001, p. 97)

Conforme argumenta Relph *apud* FONSECA, (2001, p 99), a identidade de um lugar é dinâmica, pode sofrer modificações com a importação de modelos de fora, e é constituída por três componente - cenário (meio físico), atividades e significados (o mais difícil de ser apreendido) – que permitem identificar a autenticidade ou a inautenticidade dos lugares. O restabelecimento dos lugares pelo turismo, através do aproveitamento do patrimônio intangível, tende, muitas vezes, a impactar os três componentes - e, dentre esses, sobretudo o significado – apontado por Relph como formatadores da identidade de um dado lugar, conduzindo à sua inautenticidade. O próprio Relph (*apud* FONSECA, op. cit, p. 99) ressalta que

Atitudes inautênticas com relação aos lugares podem ocorrer a partir da aceitação inconsciente ou sem crítica de valores veiculados pelos meios de comunicação de massa; ou de forma consciente, objetivando alcançar certa eficiência de lucratividade nos negócios. Já as atitudes autênticas referem-se a experiência direta com relação ao lugar; referem-se a familiaridade e ao vivido, é genuíno, próprio, profundo e não adulterado. Mas o fato é que a tendência é de prevalecer a inautenticidade e, conseqüentemente, do homogêneo, do não lugar.

Como visto, para este geógrafo humanista a perda de autenticidade pode conduzir à concepção de um “não-lugar”, conceito amplamente controverso, dado que um lugar transformado não equivale, necessariamente, a um lugar não dotado de significado. Harvey, que conforme Fonseca (op. cit., p. 99), foi um dos primeiros autores a enfatizar a importância do lugar no contexto da globalização, observa que “apesar da redução das barreiras espaciais devido à ascensão recente de um novo regime de acumulação flexível, mais do que nunca as qualidades ímpares dos lugares assumem um papel fundamental, em termos de recursos naturais, culturais, econômicos”. Assim como esta, outras críticas foram também lançadas à percepção de lugar defendida pelos humanistas, sobretudo no que se refere ao “caráter nostálgico” a este atrelado. Na visão de Peet *apud* FONSECA, (op. cit. p. 99) para os humanistas, o lugar “parece ser destituído de qualquer relação de poder, de desigualdade, de conflitos os mais diversos: um santuário”.

A concepção do lugar enquanto expressão geográfica da singularidade é evidenciada pelos geógrafos da denominada “corrente crítica ou radical”, que sofrem influências da ideologia marxista. Esta corrente percebe os lugares como não detentores de sentidos e identidades únicos, nem de limites precisos. Os lugares são, assim, subespaços dinâmicos, dotados de conflitos internos, capazes de serem analisados à luz do espaço global, através de categorias específicas como forma, função, processo e estrutura. Citando Santos e Silveira, Fonseca observa que nessa abordagem,

ao contrário da tradicional visão ideográfica, o lugar [...] é compreendido à luz do espaço Global. Porém, é um subespaço, uma funcionalização do mundo, não é um fragmento (SILVEIRA, 1993). [...] é a própria totalidade e,

por isso, pode ser compreendido via forma, função, processo e estrutura. Mas o lugar, também contém fixos e fluxos. Os fixos são 'os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral' (SANTOS, 1988, p. 77). Estes fixos podem ser estudados através de objetos geográficos; os fluxos, por sua vez, pressupõem interação, movimento, circulação (FONSECA, op. cit, p. 101).

Percebendo os lugares como moldados de forma a beneficiar o capital e as classes hegemônicas, a “corrente crítica” ressalta o contexto de acirrada competição que envolve essas áreas. Para esses teóricos, os lugares detentores de maiores vantagens, dadas pela oferta do que denominam “virtualidades técnicas” - infra-estrutura, acessibilidade, equipamentos -, “organizacionais” - identificados como leis, impostos, relações trabalhistas, mão-de-obra qualificada, etc. - e “naturais” - reconhecidas como dotadas hoje de menor importância relativa dentro do processo produtivo -, serão aqueles que irão receber um maior volume de investimentos estrangeiros, apresentando uma maior intensidade de fluxos de entradas e saídas. Em contraposição, os que possuem uma menor disponibilidade dessas mesmas vantagens, tendem a entrar em estagnação (FONSECA, op. cit., p. 101).

Outra distinção entre a visão crítica e a humanista na abordagem do conceito de lugar, refere-se à sua dimensão. Para os primeiros, a distinção entre lugar e região torna-se hoje um aspecto menos relevante. Nesse sentido, Santos *apud* FONSECA, (op.cit. 101) enfatiza que “a região pode ser considerada como um lugar, desde que a regra da unidade e da contiguidade do acontecer histórico se verifiquem”. Fonseca (op. cit., p. 101) ressalva, entretanto, ser inadequado o uso do conceito de lugar como região e vice-versa, pois para este “o local e o regional, apesar de serem interpenetrados, são grandezas diferentes, e os fenômenos não se expressam da mesma forma em todas as escalas”.

Na análise do lugar os geógrafos críticos percebem ainda a necessidade de incorporar o papel da história de cada um deles, e, em decorrência, a cultura, a tradição, a língua e os hábitos internos. O lugar passa assim a ser compreendido dentro de uma dimensão interna, atrelada à sua cultura, e uma dimensão externa, imposta através do processo de globalização.

Apesar da distinção entre os conceitos empregados pelos geógrafos humanistas e pelos geógrafos críticos, a percepção do lugar do ponto de vista do turismo, em um mundo globalizado, não pode deixar de associar a importância dos significados, dos valores e da experiência vivida e, ao mesmo, tempo, da singularidade. Para manter-se “vivo”, apto a atrair fluxos expressivos de pessoas e capitais, em um mercado altamente competitivo, o lugar, ao passo em que necessita propiciar experiências, requer a manutenção da sua singularidade frente às influências dos processos globais.

Esse movimento de revalorização dos lugares, da cultura, de resgate de identidades através da geração de novas experiências, em um cenário de acirrada competitividade global, vem possibilitando não apenas o fortalecimento das vantagens individuais de cada localidade, mas, também, a construção ou a reconstrução de espaços preferencialmente contíguos, dotados de um mesmo apelo identitário. E, de forma a se alcançar uma maior visibilidade para esses espaços, em um contexto em que os diferenciais tornam-se amplamente valorizados pela atividade turística, novos modos de aproveitamento vem sendo evocados, a exemplo da criação de rotas turísticas.

A recuperação dos lugares ou das regiões por estes conformadas, sob o ponto de vista histórico-cultural e com objetivos de aproveitamento turístico, tem-se dado, dentre outras modalidades, através da revitalização de rotas comerciais do passado, ou mesmo, de roteiros de peregrinação, etc. Pretende-se hoje, por exemplo, retomar uma rota milenar como a VIA MARIS (Caminho do mar) que ligava Alexandria (Egito) à Fenícia (atual Líbano), para nela se estabelecer um grande roteiro turístico, apesar das divergências étnicas, políticas e religiosas entre os árabes e judeus (QUEIROZ, SOUZA, 2009, p.). Organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), da Agência Norueguesa para o Desenvolvimento Internacional (NORAD) e de agências italianas estão financiando programa de pesquisa científica objetivando estudar a Rota da Escravidão, tendo, dentre os temas elencados nas suas redes de pesquisa, a questão da “escravidão, patrimônio tangível e intangível e turismo cultural focado na lembrança do passado”. Envolvendo um expressivo conjunto de países, a Rota dos Escravos foi encampada, desde meados dos anos 90, enquanto um Programa Misto UNESCO-OMT, de Turismo Cultural (QUEIROZ, SOUZA, 2009, p 215).

No Brasil, os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo iniciaram, em 2003, um estudo conjunto objetivando a reconstrução, com finalidade turística, de uma rota histórica, a Estrada Real, por onde transitavam os exploradores das minas de ouro. Em maio de 2004, foi assinado convênio com o estado da Bahia, para que os estudos passassem a abranger as rotas da mineração, na Chapada Diamantina e as ligações entre estas, o Recôncavo e a Capital baiana. No tocante à Bahia, este estudo foi temporariamente interrompido e, até este momento, o estado não foi incorporado comercialmente ao programa.

Ainda em 2004, o Governo Federal, apostando na possibilidade de construção de um planejamento territorial turístico, respaldado nos princípios da regionalização, implantou o Plano Nacional de Turismo. Este Plano, sobretudo através do seu Programa de Regionalização do Turismo, vem permitindo a definição de novos roteiros turísticos nas distintas regiões brasileiras, o que possibilita ao país acompanhar, com maior proximidade,

esta nova tendência de roteirização que vem se delineando na oferta turística mundial. Na Bahia, diversos roteiros foram propostos embora estes, até o momento, não contemplem áreas dotadas de expressivo patrimônio cultural, a exemplo do distrito de Coqueiro.

São muitos os desafios para que Coqueiro possa efetivamente estar inserido em um roteiro turístico-cultural. Há carências infra-estruturais, dos mais diversos serviços públicos, de divulgação, comercialização, aliados a outros problemas que hoje comprometem a sustentabilidade da produção artesanal desta comunidade, considerada como detentora de um expressivo patrimônio imaterial. A proposta do artigo é apresentar a arte do saber-fazer cerâmica das Senhoras do distrito de Coqueiro no município de Maragogipe/BA, incrustado no Recôncavo Baiano, propondo-se a analisar as questões que perpassam a formação deste espaço, que guarda uma forte identidade cultural, dada pela produção artesanal de cerâmica. Como opção metodológica para uma melhor compreensão da dinâmica do processo de produção das olarias de Coqueiro, foram realizadas entrevistas com produtores locais, aplicada pesquisa aleatória com 28 ceramistas, sendo 86% do sexo feminino e 14% do masculino. A partir do conjunto de entrevistas e da pesquisa realizada, percebeu-se que uma possível alternativa para Coqueiro poderá ser a constituição de um roteiro turístico-cultural, que possibilite uma mais ampla divulgação e comercialização da produção local e, com isso, contribua para a manutenção do patrimônio aí existente e para a melhoria das condições de vida das ceramistas.

II. Recôncavo Baiano – *Território Sede da Produção Artesanal de Coqueiro*

O Recôncavo baiano é uma região de intenso fascínio, sobretudo por se constituir no principal repositório cultural do Brasil Colônia. No período colonial do Brasil as condições privilegiadas do Recôncavo baiano para atendimento das demandas da economia mercantil, possibilitaram aos europeus fixarem residência nessa região, dando início à construção de engenhos, casas de farinhas e a plantação da cana-de-açúcar. Estas atividades contribuíram para a expansão econômica dessa área e fizeram de algumas das cidades dessa região importantes núcleos urbanos, desempenhando funções comparadas aos grandes centros comerciais manufatureiros.

Analisando a expressividade econômica alcançada pelo Recôncavo baiano, Stuart Schwartz (1998, p. 89) ressalta que esta região possuiu, nos cem anos compreendidos entre 1670 e 1770, de 130 a 150 engenhos, com uma produção total entre 350 e 500 mil arrobas. Em complementação, Uzêda (2007, p. 73) observa que, em adição ao açúcar, havia também a produção do tabaco e de culturas agrícolas alimentares (incluído frutas), como também peixes e camarões todas elas fundamentais a vida da cidade do Salvador.

Ainda conforme Uzêda (op. cit. p.76), na Bahia, a expansão da economia açucareira e fumageira, conjugada com a criação bovina e busca de metais e pedras preciosas possibilitou o nascimento de diversas vilas ensejando a criação de caminhos e trilhas entre as vilas e as regiões produtoras. Referendando-se em Tavares e Vilhena, Uzêda comenta que além da Vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, fundada em 1693 – centro irradiador da economia regional, originada do povoado à margem esquerda do rio Paraguaçu –, foram criadas as vilas de Santo Amaro de Nossa Senhora da Purificação, em 1724, a Vila de São Bartolomeu de Maragogipe, em 1730, e a Vila de Jaguaripe, tão antiga quanto Cachoeira (TAVARES; VILHENA, *apud* UZÊDA. p. 77). Estas vilas, graças à estagnação econômica a qual foram submetidas por quase um século, ainda hoje guardam vestígios de um período áureo, em que a economia açucareira e a fumageira possibilitaram a formação de um sólido patrimônio histórico-cultural.

A vila de Maragogipe, elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial n. 389, de 8 de maio de 1850 (QUEIROZ; SOUZA, 2009, p. 129), desempenhou importante função para com cidades menores e outras tantas do Recôncavo Sul, abastecendo-as com produtos manufaturados e realizando transações comerciais. Em finais do século XIX, este núcleo urbano perdeu a posição de grande centro comercial para Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, cidades cortadas por linhas férreas, que além de facilitarem o acesso de pessoas, permitiam que o comércio se expandisse, o que deu início ao declínio da economia maragogipana, processo agravado a partir de meados do século passado, com o novo modelo de desenvolvimento econômico implantado na Bahia.

A renda atual da população de Maragogipe pode ser considerada baixa, reflexo da própria história socioeconômica da região, com destaque para a extinção da cultura fumageira, que teve como marco mais recente o fechamento da fábrica de fumo Suerdieck, em inícios dos anos 90. Esta empresa absorvia grande parte da população local, oferecendo trabalho em diversas funções para pessoas de várias idades. Hoje os empregos são proporcionados, de forma acentuada, pelo setor agropecuário, caracterizado, tradicionalmente, pela baixa remuneração dos trabalhadores. Esta situação tem causado um grande êxodo da população em idade produtiva, que tem migrado para outros locais da região na expectativa de uma oportunidade de emprego (ID., 2009, p. 130).

O município de Maragogipe (Mapa 1) possui seis distritos: Maragogipe (sede municipal), Coqueiro, Nagé, Guai (antiga Capanema), Guapira (antiga Caveiras) e São Roque do Paraguaçu. Dentro desses distritos, há, ainda, inúmeros povoados, podendo-se destacar: Piedade e Capanema (em Guai), Santo Antônio da Aldeia e Serraria (em Najé), Santana, Campinas e Batata (em Guapira) e Enseadinha (em São Roque).

Mapa 1 – Localização do Município de Maragogipe



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bahia_Municip_Maragogipe.svg

A base econômica de Maragogipe é essencialmente constituída pela produção do setor primário, sendo a agropecuária e a pesca as atividades tradicionais do município. O comércio é sustentado pelos artigos de primeira necessidade e o setor secundário é representado, basicamente, pela indústria alimentícia (panificadoras) e pela produção de cerâmica em bases rudimentares, concentrada, em sua maior parte, no distrito de Coqueiro. O setor de serviços, ainda sem grande representatividade, é composto pelos precários meios de hospedagem e alimentação, oferecidos aos poucos turistas que visitam a cidade, sobretudo nos períodos das festas populares, a exemplo do Carnaval de Maragogipeⁱⁱ, considerado como patrimônio imaterialⁱⁱⁱ do Estado da Bahia, e das comemorações em louvor ao padroeiro São Bartolomeu.

A população de Maragogipe, segundo o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006, foi estimada em 42.079 habitantes residentes, apesar de haver outras publicações locais que confirmam um contingente populacional superior ao apurado pela instituição.

A estrutura familiar e social maragogipana tem caráter paternalista, assim como em outras tantas cidades nordestinas. Segundo os dados do IBGE para o ano de 2006, 76% dos chefes de domicílio eram do sexo masculino, contra 24% do sexo feminino. Em Coqueiro, a situação é oposta a essa. Há um predomínio de mulheres chefes de famílias,

em situação de vulnerabilidade social, que sobrevivem, basicamente, da produção de olarias.

No que se refere às condições de saúde da população local, a desnutrição e a falta de saneamento básico são os maiores causadores de doenças no município. Em face à inexistência de um projeto de prevenção junto à comunidade, estas doenças, muitas vezes, evoluem, causando a morte do seu portador.

Ainda, conforme os dados do IBGE para o ano de 2006, Maragogipe possuía uma taxa de urbanização de 57,97% e uma densidade demográfica de 4,82%. Registra-se que a zona urbana do distrito-sede é formada por vários bairros, sendo alguns, dentre eles, antigas povoações que foram incorporadas ao núcleo urbano. Apesar da grande dimensão do município, verifica-se uma restrita disponibilidade de área para expansão da malha urbana, já que as poucas áreas planas desocupadas estão sujeitas ao movimento das marés. Registra-se também a existência de pequenos focos de desabrigados ocupando áreas públicas, inclusive prédios de grande importância histórica para a sede municipal (ID., 2009, p.130).

A produção artesanal de Maragogipe pode ser considerada expressiva e de relevante importância cultural, sobretudo no que se refere à produção das cerâmicas utilitárias do distrito de Coqueiro. Entretanto, apesar da insígnia do município como depositário de um saber-fazer singular e tradicional transmitido de geração em geração, não há apoio por parte do poder público à comunidade ceramista. A produção artesanal carece de uma maior organização; o trabalho das ceramistas é ainda pouco conhecido e divulgado; os serviços educacionais são precários, não atendendo às reais demandas da comunidade; são restritas as oportunidades de emprego para os jovens, o que os deixa em uma situação de extrema vulnerabilidade, e nem há preocupação com a preservação do patrimônio imaterial.

III. O Saber Fazer das Senhoras de Coqueiro

A produção artesanal de cerâmica de Coqueiro é realizada, majoritariamente, por mulheres negras (82% dos entrevistados), com idade superior aos 40 anos (68%), em sua maioria chefes de família, num contexto em que predomina uma rede extensa de parentes e vizinhos, casa aberta para uma sociabilidade com o núcleo familiar e comunitário. Com baixo nível de escolaridade (17% são analfabetos e 52% possuem o ensino fundamental incompleto) e renda familiar média predominantemente baixa (62% auferem até um salário mínimo/mês), os oleiros de Coqueiro, embora confeccionem uma produção considerada como de elevado valor cultural, estão imersos em uma atividade econômica que não os tem possibilitado, com raras exceções, alcançar mais elevado patamar de qualidade de vida.

Ainda que guarde como característica central a vinculação a um território e a uma história concreta, pautada na valorização e utilização dos recursos locais, requisitos fundamentais ao denominado desenvolvimento local ou endógeno (GONZÁLES, 1998, p. 7), a organização socioeconômica de Coqueiro distancia-se amplamente de uma perspectiva de alcance desta modalidade de desenvolvimento, dado, sobretudo, à forma como a produção está organizada, à inexistência de apoio do aparato público e à sua submissão aos ditames do capital comercial.

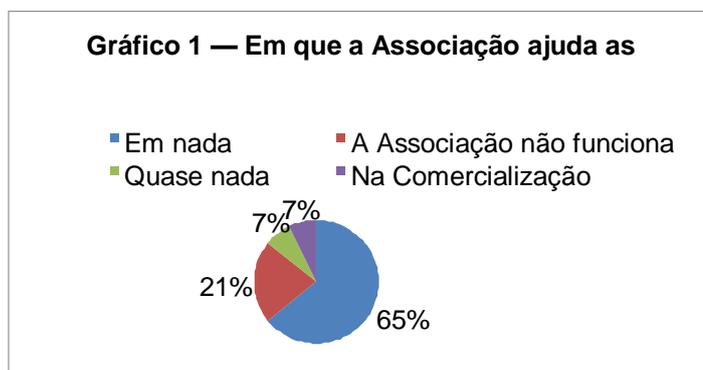
O processo de produção das cerâmicas de Coqueiro compreende a confecção artesanal de utilitários domésticos (painéis, fogareiros, frigideiras, tachos, pratos e outros utensílios), realizada, em geral, nas casas dos oleiros, que também funcionam como oficinas. A aquisição da matéria-prima, a argila, ocorre mediante a compra em caçambas, e em quantidade equivalente à produção de dois ou três meses. O preparo da argila, envolvendo a trituração, o peneiramento, a formação da massa, molhada e uniforme, também ocorre nas próprias oficinas. Lá ocorre, ainda, a modelagem, realizada com as mãos e sem a utilização do torno, o brunimento ou burnição, que consiste no ato de alisar as peças, apoiadas no colo, para dar brilho e, por fim, a queima das cerâmicas.

Os objetos confeccionados manualmente com o barro, a exemplo dos pratos, das painéis e das moringas, utilizadas para servir à cozinha, à mesa, e armazenar água, estão inseridos em um contexto que Geertz classifica de “laboratório natural” (GEERTZ, 1989, p. 33). Tradicionalmente, a cerâmica de Coqueiro é feita pelas mães e avós, em um processo que resulta na transmissão de conhecimentos, passados intergeracionalmente, e incorpora um pertencimento e o usufruto coletivo, constituindo-se como uma manifestação cultural produzida pela comunidade.

Em Coqueiro, as mulheres comandam todo o processo produtivo e os homens – do total de oleiros existentes, estimado em 50 pessoas, apenas 03 são do sexo masculino –, em geral, colaboram cortando a lenha e participando da queima. Estes se dedicam, em grande medida, à atividade pesqueira ou à mariscagem, também praticada por representantes do gênero feminino como forma de complementar a renda oriunda das cerâmicas, sobretudo na baixa estação do inverno local, quando as chuvas dificultam a produção de olaria. Essas mulheres, com baixa escolaridade, praticamente desassistidas pelos poderes públicos, ainda não conseguiram organizar-se, efetivamente, para uma produção em parceria, objetivando benefícios coletivos. Um grande passo nessa direção foi dado há cerca de 10 anos atrás, com a criação da Associação de Ceramistas de Coqueiro, uma iniciativa local, apoiada pela Prefeitura Municipal de Maragogipe e pela empresa Votorantim, responsável pela construção das instalações que passaram a abrigar a sede da organização comunitária (SANTOS, ED/2009^{iv}).

Despreparados para o desenvolvimento de uma gestão colegiada na associação, objetivando retornos sociais e econômicos coletivos, os ceramistas de Coqueiro passaram a utilizar as instalações desta organização para apoio às atividades culturais da comunidade, como a celebração de cultos religiosos ou ensaios do grupo de samba de raízes, o “Samba de Dona Cadu”. Presidida atualmente pelo oleiro Ademir Bernardo dos Santos, a associação não conseguiu obter o reconhecimento da coletividade, deixando, assim, de contribuir para dirimir as divergências existentes no grupo em análise; para minimizar a concorrência predatória via preços e também para facilitar o processo de escoamento das cerâmicas, questões hoje fundamentais à produção local.

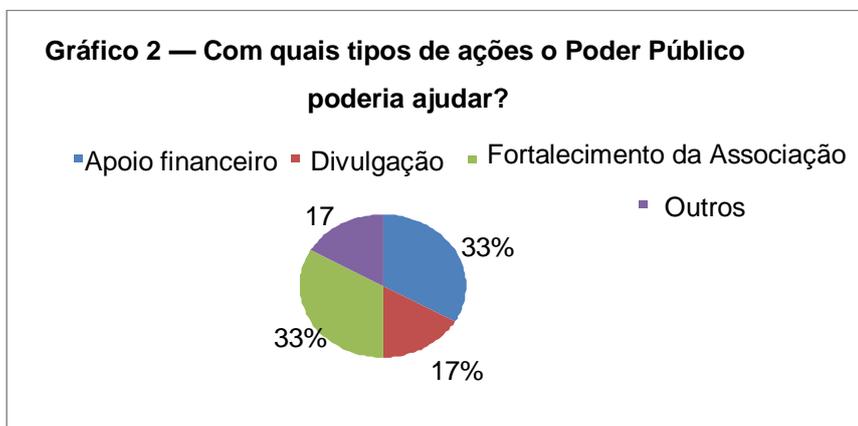
Conforme pronunciamento do oleiro Jailton Mercês (ED/2009), “a Associação não está funcionando; é melhor trabalhar um para cada um”. As ações em parceria, geralmente envolvendo membros de uma mesma família com laços próximos de consangüinidade, são restritas, abarcando, em geral, a aquisição da matéria-prima central, o barro e, em alguns casos, a queima das unidades produzidas. A falta de legitimidade da Associação foi também evidenciada na pesquisa com os ceramistas. Quando indagados sobre a contribuição que esta organização poderia dar para ajudá-los, 71% responderam negativamente, pois, para eles, a organização não ajudaria em nada ou quase nada, 22% afirmaram que ela não funciona, e apenas 7% indicaram que a referida organização poderia auxiliá-los na comercialização (Gráfico 1).



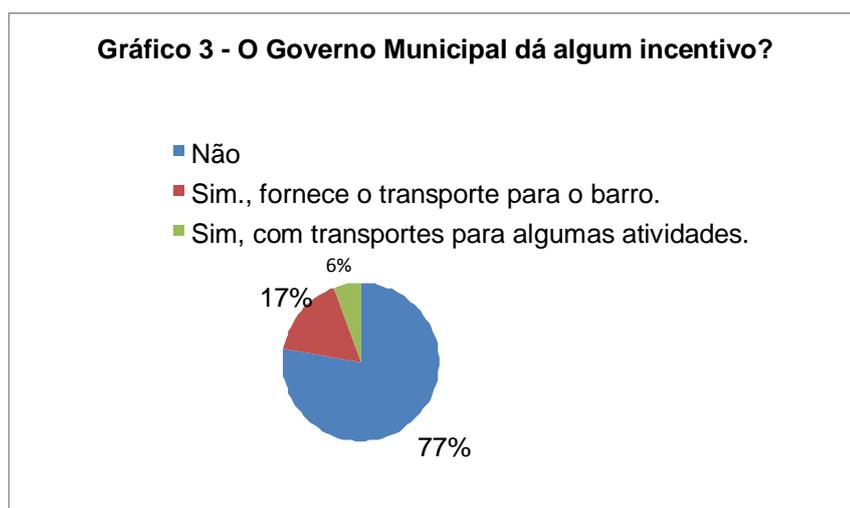
Fonte: Pesquisa direta, 2009.

Conforme os ceramistas (33% dos entrevistados), a Associação poderia vir a ser fortalecida com o apoio do poder público. Eles acreditam que o Estado também poderia auxiliá-los com suporte financeiro (33%) e divulgação da produção local de cerâmica (17%, conforme demonstra o Gráfico 2). De um modo geral, consideram que o Governo Municipal não incentiva à produção artesanal de cerâmica (78%). Na visão dos ceramistas, o auxílio dado por este restringe-se ao fornecimento de veículo, seja para transportar o barro (11%) ou para outras atividades (11%, de acordo com a representação feita no Gráfico 3). Quando

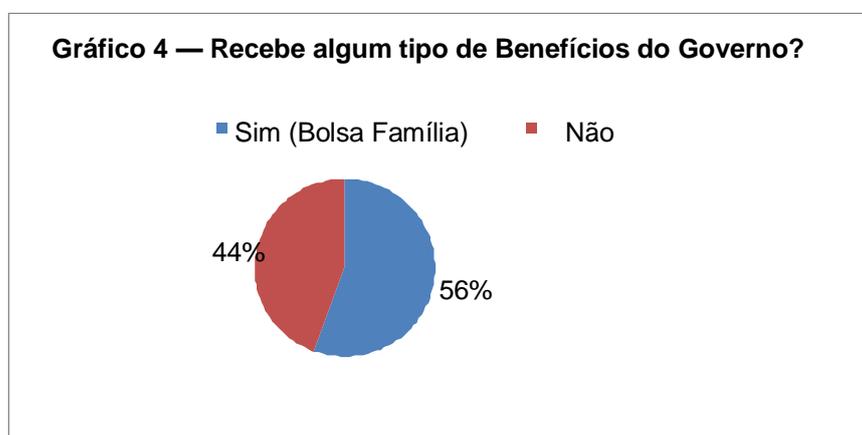
questionados se recebiam benefícios do Governo, a totalidade dos que responderam afirmativamente a esta questão (56% dos ceramistas) indicou ser contemplado pelo programa Bolsa Família^v (Gráfico 4).



Fonte: Pesquisa direta, 2009.



Fonte: Pesquisa direta, 2009.



Fonte: Pesquisa direta, 2009.

Sem contar com um suporte público efetivo de apoio à produção e à comercialização, os oleiros do distrito de Coqueiro encontram-se desabilitados a uma atuação mercadológica que os possibilite um maior retorno com a produção artesanal de cerâmica. São muitos os desafios e, dentre esses, o cálculo dos custos de produção, a dificuldade em precificar, em ampliar mercado, em divulgar o produto. Não há um único oleiro que tenha registro dos custos de produção. Em uma tentativa, ainda que não precisa, de composição da estrutura de custos, buscou-se, nas entrevistas individuais, sobretudo com Dona Cadú, Dona Helena e Jaílton, elencar os itens de maior expressividade na confecção das cerâmicas. Conforme indicado pelos ceramistas, a caçamba de barro é adquirida por R\$ 300,00, material suficiente para a confecção de aproximadamente 800 peças, registrando-se, entretanto, perdas expressivas, não estimadas, sobretudo em função das chuvas.

Vale destacar que as peças produzidas pelos distintos oleiros, embora artesanais, não guardam grandes diferenciações, e são comercializadas por R\$ 4,00 ou R\$ 5,00 reais, a depender do tipo e tamanho. Para brunir as cerâmicas, são gastos R\$50,00 com a compra do material – Tauá, barro especial para esta atividade –, e pagos, em média, R\$ 0,75 por cada unidade às brunadeiras. A queima, realizada a cada três meses, tempo médio de duração da caçamba de barro, custa de R\$ 50,00 a R\$ 60,00. Considerando-se os valores máximos indicados pelos oleiros, e descartando-se as perdas e demais gastos, como o pagamento aos meninos que amassam o barro, sobretudo para as ceramistas mais idosas, tem-se o custo e a receita de cada unidade como equivalente, respectivamente, a R\$ 3,59 e a R\$ 1,41.

As vendas são efetuadas de forma individual, e ocasionalmente em parceria, para ‘atravessadores’ que revendem os produtos na feira de São Joaquim, em Salvador, e também diretamente, para consumidores finais, a exemplo de restaurantes ou turistas. Raramente as cerâmicas são adquiridas por residentes no município e entorno. A participação dos ceramistas de Coqueiro em eventos públicos, como feiras e outros, tende a ser esporádica, o que é justificado pela dificuldade em transportar as peças e as expressivas perdas decorrentes do deslocamento, segundo afirmam os próprios ceramistas. No conjunto dos entrevistados 72% afirmaram não participar desse tipo de atividade e 11% indicaram que as feiras mais freqüentadas são as realizadas pelo Instituto Mauá, promovidas em Salvador ou em Maragogipe.

A dificuldade de acesso ao mercado consumidor, aliada à falta de incentivo para divulgação do artesanato de Coqueiro e de estrutura para a recepção de visitantes, agravadas pela inexistência de um suporte público de apoio a esta comunidade, contribui para que os ceramistas não consigam agregar valor à sua produção. Isto faz com que o item

preço seja considerado como o mais relevante dentre os problemas enfrentados por este grupo que recorre, com certa frequência, à concorrência predatória via preços. Este fator é agravado por conta de não haver diferenciação entre os produtos.

A dificuldade de acesso ao mercado consumidor, aliada à falta de incentivo para divulgação do artesanato de Coqueiro e de estrutura para a recepção de visitantes, agravadas pela inexistência de um suporte público de apoio a esta comunidade, contribui para que os ceramistas não consigam agregar valor à sua produção. Isto faz com que o item preço seja considerado como o mais relevante dentre os problemas enfrentados por este grupo que recorre, com certa frequência, à concorrência predatória via preços. Este fator é agravado por conta de não haver diferenciação entre os produtos.

Outro grave problema relacionado aos aspectos econômicos e de produção do artesanato de Coqueiro refere-se à excessiva jornada de trabalho. Os ceramistas trabalham “de domingo a domingo, do amanhecer ao anoitecer (CADU, ED/2009)” em troca de uma remuneração que mal os permite sobreviver e que, hoje, ameaça a continuidade desta tradição. Foi identificado, nas entrevistas, que 78% das ceramistas de Coqueiro trabalham de 8 a 12 horas por dia, 67% trabalham todos os dias, ou seja, possuem uma exaustiva carga horária, o que compromete, muitas vezes, a saúde destes artistas, observando-se que 89% reclamam de dores no corpo, alergias e problemas circulatórios.

Em que pese à carga excessiva, não se pode desconsiderar a importância do trabalho na vida destes indivíduos, dado a centralidade que o mesmo ocupa, e o acesso que este proporciona a outras esferas que compõem a sociabilidade humana. Segundo Yamamoto (2001):

a vivência do trabalho tem centralidade na vida dos indivíduos sociais. Extrapolando o ambiente da produção e se espraiando para outras dimensões da vida, envolvendo as relações familiares, a fruição dos afetos, o lazer e o tempo de descanso, comprometendo a reposição das energias físicas e mentais, a duração da vida e os limites da noite e do dia.

Nessa direção, as falas das ceramistas de Coqueiro denotam claramente a importância do seu trabalho, da sua arte, como categoria central nas suas vidas, pois 100% afirmaram que essa atividade é fundamental para o sustento de sua família. É importante considerar que 56% desenvolvem essa atividade há mais de vinte anos, tendo esse conhecimento passado de pai para filho, processando um aprendizado de geração para geração, embora reconheçam a não valorização do seu trabalho, em virtude das diversas dificuldades que enfrentam no dia a dia.

As ceramistas reconhecem que a não continuidade dessa atividade em Coqueiro conduziria, certamente, à necessidade de migração do grupo, ou de parte deste, pois não

teria como sobreviver. Outro dado interessante, apontado pela pesquisa, revela a seguinte realidade: 91% das entrevistadas afirmaram desenvolver a atividade por necessidade, mas também dizem gostar do trabalho que realizam e que ensinam com prazer a arte do barro para outras pessoas.

Por outro lado, através da pesquisa realizada, as artesãs evidenciaram uma preocupação quanto aos jovens que não tem manifestado interesse por essa arte e receiam o desaparecimento desse patrimônio imaterial. Dentro dessa perspectiva, pode-se afirmar a necessidade de que os jovens transformem-se em atores envolvidos no processo de produção artesanal do município. Isso os transformaria também em agentes multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, divulgadores do patrimônio e responsáveis por despertar em outras pessoas a importância da valorização da memória e do reconhecimento da cerâmica local como referencial da produção de conhecimento e desenvolvimento da região. Entretanto, como sintetizam, respectivamente, Jailton e Cadú (ED, 2009), “essa atividade só dá para comer. Não dá para mais nada... só para comer”, “a juventude não está mais querendo trabalhar com o barro... não dá dinheiro”.

IV. Roteiro Caminhos do Paraguaçu: *Uma Proposta Para a Comunidade de Coqueiro*

Ainda que considerada como patrimônio cultural, a produção de olaria, de Coqueiro requer o apoio efetivo dos poderes públicos, para que seja preservada e para que possibilite melhoria da qualidade de vida aos oleiros, e quiçá possa vir a contribuir com o alcance do desenvolvimento local. Faz-se necessário divulgar essa produção, fornecer um suporte às organizações locais, atuar como interlocutor entre os oleiros e os organismos de financiamento, proporcionar infra-estrutura para os habitantes dessas comunidades — transporte, equipamentos de lazer, saneamento, atendimento médico, serviços educacionais de qualidade, dentre outros — e para recepção aos visitantes, possibilitando o incremento do fluxo de turistas, consumidores que adquirem as mercadorias por um valor mais elevado do que o praticado pelos atravessadores.

Sem um suporte, esta tradição corre sérios riscos de desaparecimento. Há o desinteresse dos jovens, o interesse dos idosos em afastar os seus filhos do artesanato e em lhes proporcionar acesso a atividades econômicas mais rentáveis. Há uma valorização externa dessas produções e um restrito reconhecimento no município que a abriga, haja vista o pouco interesse das municipalidades. Faz-se necessário, portanto, que as instâncias públicas, necessariamente, mas não exclusivamente, de suporte à produção, à cultura e ao

turismo, passem a atuar efetivamente em prol deste valioso patrimônio cultural. Caso contrário, esta tradição poderá não sobreviver ao intenso descaso e a mais ampla omissão.

Em entrevistas com as ceramistas identificou-se a possibilidade de desenvolvimento de uma proposta de turismo-cultural – Caminhos do Paraguaçu – que integre Coqueiro a outras comunidades do Recôncavo^{vi}. O roteiro proposto, Caminhos do Paraguaçu, deverá contemplar as potencialidades desta região, detentora de um valioso patrimônio histórico-cultural, e propiciar a inserção socioeconômica das comunidades locais, agentes centrais desse processo, favorecendo a minimização das condições de pobreza atualmente existentes e a contribuindo, efetivamente, para a preservação do saber-fazer local.

Configurando-se como uma atividade de elevada sazonalidade, o turismo desenvolvido no Recôncavo tem se caracterizado pela exploração pontual das festas populares em alguns centros urbanos, como Cachoeira, Santo Amaro e Maragogipe; pela atividade de veraneio em algumas praias da região; pelo turismo rural, realizado em um número restrito de propriedades; pelas visitas efetuadas ao Centro Dannermann, sede da primeira fábrica de charutos do Brasil, localizada no município de São Félix; e pela incipiente navegação de lazer. Assim como as demais atividades desenvolvidas nesse espaço regional, o turismo não tem propiciado um retorno expressivo para as comunidades residentes nessa área.

Como observa Christaller apud Silva, (1996, p. 127), na sua análise das relações entre as localidades centrais e regiões periféricas

o turismo oferece às regiões economicamente subdesenvolvidas uma chance para elas mesmas se desenvolverem já que essas regiões interessam ao turismo

Ainda segundo Christaller (op. cit. p. 127), o turismo

pode ser um meio para se atingir o desenvolvimento econômico em regiões periféricas, já que o fluxo de turistas ricos dos centros 'metropolitanos' deveria injetar moeda estrangeira e gerar emprego.

Observa-se, porém, que ainda são muitos os entraves existentes para o desenvolvimento sustentável do turismo cultural no Recôncavo e para a implantação do roteiro proposto, e estes perpassam, dentre outros fatores, pelas relações travadas entre turismo e desenvolvimento. Silva (2001, p. 162), ao analisar esta temática, chama a atenção para a importância da “territorialização turística”, compreendida enquanto a “valorização dos fatores endógenos do desenvolvimento”, de forma articulada à ação dos fatores exógenos. Para este autor, por causa da dependência do turismo em relação a um plano externo – para desenvolver-se turisticamente um destino requer articulações com fluxos procedentes

de outras localidades -, a ocorrência do desenvolvimento turístico, compreendido enquanto “[...] processo de mudanças que permita superar problemas e constituir uma sociedade mais justa, com significativa redução da pobreza, e vivendo com mais qualidade de vida [...]” irá requerer a integração local-global – o que significa dizer que o desenvolvimento turístico pressupõe, mais do que uma articulação com aspectos externos, uma integração territorial, também compreendida como a capacidade de organização social e política dos territórios, o que envolve projeto social, interação sociopolítica, de identidade e de laços de coesão.

Para que o turismo possa gerar e redistribuir riqueza, juntamente à integração territorial, faz-se necessária uma articulação entre desenvolvimento turístico e estrutura produtiva local, aspectos raramente presentes nas propostas efetuadas para o turismo baiano. Distanciando-se dessa visão, os modelos de desenvolvimento turístico adotados na Bahia buscaram, historicamente, fomentar a implantação de grandes complexos turísticos, verdadeiros entraves, sem grandes conexões com a economia local e, portanto, com efeitos irradiadores diminutos.

Compreende-se que o desenvolvimento turístico irá pressupor a integração territorial, a construção de um projeto social, de laços de interesse comuns, ou seja, uma articulação efetiva entre esta comunidade e outras tantas situadas na região, e destas com os poderes públicos, e também com as estruturas privadas de comercialização e divulgação da atividade turística (as operadoras, agências e guias de turismo), além dos demais componentes do sistema turístico (meios de hospedagem, transportadoras, etc.). Entende-se que, dadas as condições sociais e políticas da região uma proposta como essa poderá ter como protagonista a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, aliada aos poderes públicos locais, representantes comunitários e outros atores de expressão na região. Espera-se que o roteiro Caminhos do Paraguaçu, hoje instituído enquanto projeto de pesquisa do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais e Desenvolvimento Regional da UFRB, contribua, efetivamente para com a sustentabilidade e preservação do patrimônio de Coqueiro e das demais comunidades envolvidas.

Referências

ARTESANATO SOLIDÁRIO ARTESOL. *Ceramistas de Coqueiro*, Histórias de Vida. São Paulo: Central Artesol, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC 2006). Disponível em: [HTTP://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?=2981&more=1](http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?=2981&more=1). Acesso em 17 de maio de 2010.

INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA. *Conheça o Mauá*. Disponível em [HTTP://www.maua.br/index/conheca-a-maua](http://www.maua.br/index/conheca-a-maua). Acesso em 07 de junho de 2010.

IPAC. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. *Lista dos Bens Culturais Tombados e Registrados pelo Estado da Bahia*. Salvador: IPAC, janeiro de 2010. Disponível em: [HTTP://www.ipac.ba.gov.br](http://www.ipac.ba.gov.br). Acesso em 07 de junho de 2010.

FONSECA, Antônio Ângelo M. *Localismo e território diante das dinâmicas globais*. In: RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano IV, n. 10, julho 2004. Salvador, Ba.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GONZÁLES, Román Rodriguez. *La escala local del desarrollo*. Definición y aspectos teóricos. In: Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano I, n. 1, Nov. 1998. Salvador: Unifacs, p. 5-15.

MATTOSO, Kátia Queirós. *Bahia: a Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. Salvador, Secretaria de Educação e Cultura, São Paulo, Hucitec, 1978.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Maragogipinho e a tradição do barro*. Brasília: IPHAN, Ministério da Cultura, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Bolsa Família*. Disponível em [HTTP://www.mds.gov.br/bolsafamilia](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia). Acesso em 07 de junho de 2010.

PROMOART. *A Associação Cultural Promoart*. Disponível em [HTTP://www.promoart.org.br](http://www.promoart.org.br). Acesso em 07 de junho de 2010.

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de; SOUZA, Regina Celeste de Almeida (Org.). *Caminhos do Recôncavo*. Proposição de novos roteiros históricos-culturais para o Recôncavo Baiano. Salvador: Programa Monumenta (Brasil), 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, Adyr Balastreti (Org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3. ed. São paulo: Hucitec, 2001. p. 122-143.

_____. *Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Geografia. P. 1-23, 1996.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO, 32^a. Sessão, 17 de outubro de 2003.

UZÊDA, Jorge Almeida. *A Cidade da Bahia e o seu caminho aquático*. In: SOUZA, Regina Celeste de Almeida; MOUSINHO, Mara Cândida A. de; SÁ, Natália Coimbra de (Org.). *Turismo Cultural, Novos Desafios*. Salvador: Unifacs, 2007, p. 71-79.

Entrevistas diretas^{vii}

BERNARDES, H. *Helena Bernardes (Ceramista Coqueiro)*: depoimento [novembro 2009]. Entrevistador: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Salvador: [s.n.], 2009.

MERCÊS, J. *Jailton Mercês (Ceramista Coqueiro)*: depoimento [novembro 2009]. Entrevistador: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Salvador: [s.n.], 2009.

SANTOS, A. *Ademir Bernardo dos Santos (Presidente da Associação de Ceramista Coqueiro)*: depoimento [novembro 2009]. Entrevistador: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Salvador: [s.n.], 2009.

SILVA, R. *Ricardina Pereira da Silva (Mestre Ceramista Coqueiro - Dona Cadú)*: depoimento [novembro 2009]. Entrevistador: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Salvador: [s.n.], 2009.

Notas

ⁱ Artigo produzido para ser apresentado no XIV Encontro Nacional da ANPUR. 23 a 27 de maio de 2011. Rio de Janeiro. As informações contidas foram coletadas pelo Grupo de Pesquisa “Desenvolvimento Regional e Políticas Social” da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

ⁱⁱ O Carnaval de Maragogipe é um bem cultural tombado e registrado pelo Governo do Estado da Bahia através do Decreto 11.449 de 02/03/2009 do Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia (IPAC).

ⁱⁱⁱ O conceito do Patrimônio Cultural Imaterial é aqui compreendido como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2003).

^{iv} As informações obtidas em entrevistas diretas serão indicadas neste artigo pelo nome do entrevistado seguido da expressão “ED” e o ano. A relação dos entrevistados, com as respectivas datas das entrevistas, encontra-se nas referências.

^v O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O programa integra o Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2010).

^{vi} Fazem parte deste itinerário, as comunidades de Coqueiro, Nagé, Porto das Pedras e Salaminas, municípios de Maragogipe; Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, municípios de Cachoeira, Bahia.

^{vii} Refere-se ao grupo de entrevistados em Coqueiro, citados no texto, e não ao conjunto daqueles que fizeram parte das pesquisas aleatórias aplicadas nas duas localidades. Nesse último caso, dado ao compromisso assumido com os membros das duas comunidades, os nomes dos entrevistados não serão mencionados.